

RESOLUÇÃO Nº 27/1999
(Publicado no Diário Oficial de 30/12/1999)

Alterada pela Resolução nº 17/01.

Ver Resolução nº 04/04, com efeitos a partir de 08/10/04, que revoga a Resolução nº 17/01.

Habilita a TRM RESINAS TERMOPLÁSTICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., aos benefícios do BAHIAPLAST.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO BAHIAPLAST, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 1100990026783,

R E S O L V E:

Art. 1º Considerar “*ad referendum*” do Conselho Deliberativo, a TRM RESINAS TERMOPLÁSTICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, indústria de transformação plástica, inscrita sob o código de atividade econômica nº 2429-5/00, habilitada aos benefícios do BAHIAPLAST, nos termos do art. 7º e 9º do Decreto nº 7.439, de 17.09.98, relativos à:

I - Crédito presumido - fixa em 41,1765% do imposto destacado, o percentual a ser utilizado pela TRM RESINAS TERMOPLÁSTICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., nas saídas para o mercado estadual e em 50% nas operações de saídas interestaduais de masterbatches e compostos;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 17, de 26/10/01, DOE de 31/10/01.

Redação original, efeitos até 30/10/01:

"I - Crédito presumido - fixa em 41,1765% do imposto destacado o percentual a ser utilizado pela TRM RESINAS TERMOPLÁSTICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, nas saídas para o mercado estadual e em 50% nas operações de saídas interestaduais de master batch, compostos, produtos tingidos e polietileno para rotomoldagem."

II - Diferimento - nas aquisições de polietileno de baixa densidade (PEBD), polietileno de baixa densidade linear (PEBDL), polipropileno (PP) e dióxido de titânio, de estabelecimentos industriais enquadrados na CNAE-FISCAL sob o código de atividade econômica nºs 2431-7/00 e 2419-8/00.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 1º foi dada pela Resolução nº 17, de 26/10/01, DOE de 31/10/01.

Redação original, efeitos até 30/10/01:

"II - Diferimento - nas aquisições de polietileno de estabelecimentos industriais inscritos no CAD-ICMS, sob o código de atividade econômica nº 2431-7/00."

Art. 2º O prazo dos presentes benefícios contar-se-á do início da produção e vigorará até 31 de dezembro de 2007, prazo final para concessão do incentivo.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de dezembro de 1999.

BENITO GAMA
Presidente